



## FORMULAÇÃO DA TEORIA DO ERRO MORAL: UMA RECONSTRUÇÃO DA PROPOSTA DE RICHARD JOYCE

**Karen Giovana Videla da Cunha Naidon**

Doutora em Filosofia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM)  
karengvidela@yahoo.com.br

**Resumo:** Richard Joyce é um dos defensores da teoria do erro moral, mas ele abandona a formulação padrão da mesma, segundo a qual ela consistiria na tese de que os enunciados relevantes do discurso moral seriam falsos. Ele fornece uma formulação alternativa da teoria do erro moral, sobre a qual, entretanto, podem surgir confusões interpretativas, dentre as quais a interpretação de Jonas Olson. Diante da abertura para esse tipo de interpretação das visões de Joyce, objetiva-se, no presente trabalho, proceder a uma reconstrução da formulação da teoria do erro moral fornecida por Joyce a partir do que se considera ser a mais adequada maneira de interpretar as afirmações que ele faz ao discorrer sobre o tema.

**Palavras-Chave:** Teoria do erro moral. Formulação padrão. Richard Joyce. Jonas Olson.

### **FORMULATION OF MORAL ERROR THEORY: A RECONSTRUCTION OF RICHARD JOYCE'S PROPOSAL**

**Abstract:** Richard Joyce is one of the advocates of the moral error theory, but he leaves the standard formulation of this theory, according to which it would be the thesis that the relevant statements of moral discourse would be false. He provides an alternative formulation of the moral error theory, on which, however, may arise interpretative confusion, among which the Jonas Olson's interpretation. In virtue for there be the opening for this type of interpretation of the Joyce's views, this paper aims to carry out a reconstruction of the formulation of the moral error theory provided by Joyce from what is considered here to be the most appropriate way to interpret the claims what he does to discuss the subject.

**Keywords:** Moral error theory. Standard formulation. Richard Joyce. Jonas Olson.

\* \* \*

### **Introdução**

De acordo com sua formulação padrão, a teoria do erro moral consiste na tese de que o discurso moral envolveria um erro por parte de seus usuários, na

medida em que os enunciados relevantes desse discurso<sup>1</sup>, nos quais as crenças morais são expressas, seriam sistematicamente falsos, podendo-se dizer também, derivativamente, que as crenças morais são falsas. Richard Joyce é um dos defensores da teoria do erro moral, mas ele prefere não a caracterizar dessa maneira. Segundo suas visões, sustentar uma teoria do erro em relação ao discurso moral não equivaleria a sustentar que os enunciados relevantes desse discurso são falsos.

Entretanto, embora Joyce tenha deixado claro em seus escritos o seu abandono da formulação padrão, ele não parece ter esclarecido qual seja exatamente a tese que ele considera central para a teoria do erro moral e, por conseguinte, qual a formulação alternativa que ele propõe como substituta da formulação padrão. Dita imprecisão parece ser evidenciada pela maneira como Jonas Olson (2011) interpreta a formulação de Joyce em uma rápida crítica que ele dirige a ela. Para Olson, Joyce teria formulado a teoria do erro moral como a tese de que os enunciados morais são nem verdadeiros nem falsos, isto é, como enunciados carentes de valor de verdade, uma formulação que ele próprio rejeita e critica rapidamente.

Diante da abertura para esse tipo de interpretação das visões de Joyce, objetiva-se, no presente trabalho, proceder a uma reconstrução da formulação da teoria do erro moral fornecida por Joyce a partir do que se considera ser a mais adequada maneira de interpretar as afirmações que ele faz ao discorrer sobre o tema. Com isso, torna-se possível dissipar possíveis más compreensões e evitar críticas como a de Olson.

Para tanto, divide-se o trabalho em três partes. Na primeira delas, é apresentada uma caracterização introdutória da teoria do erro moral a partir de sua formulação padrão, a fim de permitir ao leitor uma compreensão inicial desse posicionamento metaético, que constitui o tema geral do qual se está aqui tratando. Na segunda parte do trabalho, então, é feita uma reconstrução da formulação da teoria do erro moral fornecida por Joyce que pode ser considerada a substituta da formulação padrão da mesma. Na terceira parte, são tecidas algumas considerações acerca de porque a reconstrução que se procederá neste trabalho pode ser considerada a mais adequada. Nessa ocasião, indica-se porque a interpretação de Olson não deve ser considerada adequada e, em conjugação com isso, tenta-se esclarecer em qual sentido as afirmações problemáticas de Joyce (isto é, aquelas que poderiam dar a entender uma formulação da teoria do erro diversa da aqui reconstruída) podem ser mais adequadamente interpretadas, de modo a acomodar a reconstrução aqui realizada.

## **1. Teoria do erro moral: uma caracterização inicial a partir de sua formulação padrão**

De acordo com sua formulação padrão, a teoria do erro moral consiste na tese de que o discurso moral envolveria um erro por parte de seus usuários, na medida em que os enunciados relevantes desse discurso, nos quais as crenças morais são expressas, seriam sistematicamente falsos, podendo-se dizer também, derivativamente, que as crenças morais seriam falsas. Tal posicionamento é

---

<sup>1</sup> Mais adiante, será esclarecido quais são os enunciados relevantes do discurso moral.

resultante da adoção conjunta de duas teses mais básicas. Uma delas é um cognitivismo moral, segundo o qual os enunciados morais proferidos pelos falantes seriam, de fato, asserções e, portanto, expressariam proposições (podendo, assim, ser avaliados como verdadeiros ou falsos), bem como um estado cognitivo do sujeito que os profere, ou seja, sua crença moral (isto é, o fato de ele tomar a proposição expressa como verdadeira). (JOYCE, 2015, p. 19) A outra tese é um antirrealismo moral, de acordo com o qual fatos morais não existem ou, em outros termos, não há fatos sobre a instanciação de propriedades morais<sup>2</sup>. (MILLER, 2003, p. 5)

Apenas para citar-se um exemplo, quando um falante profere “Torturar animais é moralmente errado.”, ele estaria, conforme o teórico do erro, fazendo uma asserção, isto é, expressando uma proposição em que é atribuída a propriedade moral de ser errado a um tipo de ato, torturar animais, e, além disso, o sujeito estaria expressando sua crença nessa proposição. De acordo com o teórico do erro, entretanto, não haveria fato algum sobre a instanciação dessa propriedade por parte desse tipo de ato e, conseqüentemente, a proposição expressa pelo enunciado seria falsa. O falante, então, estaria incorrendo em erro ao sustentar essa crença. Para o teórico do erro, isso não ocorreria apenas com algumas crenças morais, mas sim de forma sistemática, com todas as crenças morais, devido à inexistência de quaisquer fatos sobre a instanciação de propriedades morais.

É importante esclarecer, porém, que a teoria do erro se dirige a um grupo delimitado de enunciados que utilizam o vocabulário do discurso moral, a saber, os enunciados de primeira ordem ou também chamados de enunciados atômicos, que são aqueles que “implicam ou pressupõem a instanciação de propriedades morais”, tal como o enunciado acima citado. (JOYCE, 2015, p. 19). Sendo assim, o teórico do erro não pretende estender sua tese para qualquer enunciado que utilize termos morais, como, por exemplo, enunciados como “A maioria das pessoas acreditam que torturar animais é errado”, que poderia, mais propriamente, ser considerado um enunciado de segunda ordem, visto que não expressa uma crença moral daquele sujeito que o profere, mas afirma algo sobre as crenças morais de outras pessoas. Diferentemente dos enunciados de primeira ordem, este último enunciado não requer, para ser verdadeiro, a instanciação de propriedades morais<sup>3</sup>.

A partir do que foi exposto, é possível dizer, em suma, que, de acordo com sua formulação padrão, a teoria do erro moral consiste na tese de que os enunciados relevantes do discurso moral são sistematicamente falsos, entendendo-se por “relevantes” aqueles que requerem a instanciação de propriedades morais.

---

<sup>2</sup> Há muita discussão na literatura sobre os critérios adequados para estabelecer uma classificação dos diferentes posicionamentos metaéticos existentes, como, por exemplo, os critérios para distinguir cognitivismo de não cognitivismo moral e para distinguir realismo de antirrealismo moral. Portanto, o que acaba de ser apresentado sobre cognitivismo e antirrealismo não pretende ser uma caracterização geral, capaz de abarcar todos os posicionamentos cognitivistas e antirrealistas, respectivamente, mas tão somente uma caracterização capaz de captar as teses cognitivistas e antirrealistas sustentadas pela maioria dos defensores da teoria do erro, a fim de permitir uma adequada compreensão deste posicionamento.

<sup>3</sup> Jonas Olson descreve os enunciados de primeira ordem mais detalhadamente da seguinte maneira: “uma reivindicação de primeira ordem é uma reivindicação que implica que algum agente deve fazer ou não fazer alguma ação; que há razões morais para algum agente moral fazer ou não fazer alguma ação; que alguma ação é moralmente permissível; que alguma instituição, traço de caráter, ou o que você tem, é moralmente bom ou mau, e similares.” (OLSON, 2011, p. 68)

## 2. Caracterização de Joyce de uma teoria do erro moral

Para compreender-se adequadamente a maneira como Joyce caracteriza uma teoria do erro moral, é salutar ter em mente a visão do autor sobre o que é uma teoria do erro de um modo geral, isto é, em relação a qualquer discurso que seja, pois é por meio dessa caracterização mais geral que ele formula sua caracterização geral do que seja uma teoria do erro em relação ao discurso moral especificamente.

A esse respeito, ele esclarece que uma teoria do erro seria uma posição que alguém sustenta em relação a um discurso que considera defeituoso. No decorrer de suas explicações, Joyce acaba delimitando tacitamente o que seja um discurso sempre por referência a um termo específico. Assim, alguém pode sustentar uma teoria do erro em relação ao discurso sobre F, sendo F o termo que designa determinado conceito e sendo o discurso sobre F o conjunto de enunciados em que o termo aparece. Cumpre indagar, então, o que significa dizer que se sustenta uma teoria do erro em relação ao discurso sobre F?

Joyce fornece dois exemplos a fim de tornar sua explicação mais palpável. O primeiro exemplo é o de um explorador europeu que teria interagido pela primeira vez com os povos que habitavam as ilhas do Pacífico Sul e que se deparou com o termo “tapu”, o qual era usado pelos nativos para designar um conceito ausente na linguagem do explorador. Joyce explica o conceito da seguinte maneira:

“Tapu” implica centralmente um tipo de sujeira ou poluição que pode residir nos objetos, pode passar para os humanos através do contato, pode ser então transmitida aos outros com um contágio, e pode ser cancelada através de certas atividades ritualísticas, geralmente envolvendo lavagem. (JOYCE, 2003, p. 1)

Joyce conjectura que, apesar de os nativos usarem esse conceito, o explorador europeu poderia muito bem pensar que o mesmo não se aplica a nenhum objeto ou pessoa, simplesmente por pensar que nada pode ser um tapu na realidade. Nesse caso, os enunciados que contém o termo “tapu” e cuja verdade depende da instanciação do conceito que ele designa jamais poderão ser verdadeiros. Diante disso, o discurso sobre tapu poderia ser considerado defeituoso pelo explorador e os falantes que o utilizam estariam, conseqüentemente, incorrendo em um erro ao crer nas proposições expressas nesse discurso. Caso o explorador pensasse dessa maneira, ele estaria sustentando, conforme Joyce, uma teoria do erro em relação ao discurso sobre tapu. (JOYCE, 2003, pp. 4-5)

Outro exemplo que Joyce cita é o caso do discurso sobre o flogisto. Após a descoberta do oxigênio e conseqüente abandono da teoria do flogisto, pode-se dizer, segundo o autor, que se passou a sustentar de forma amplamente difundida uma teoria do erro em relação ao discurso sobre o flogisto, em virtude de se considerar que os enunciados que contém o termo “flogisto” e cuja verdade requer a instanciação do conceito que ele designa jamais poderão ser verdadeiros, visto que não há nada que seja um flogisto. (JOYCE, 2003, p. 2)

Dito de modo mais genérico, então, sustentar uma teoria do erro em relação ao discurso sobre F seria pensar que, em virtude de não haver nada que instancie o

conceito F, os enunciados desse discurso cuja verdade requer a instanciação de F jamais poderão ser verdadeiros e, como consequência, o discurso será defeituoso e quem mantiver suas crenças relativas a ele estará incorrendo em erro.

Joyce explica que sustentar uma teoria do erro em relação a determinado discurso depende de dois passos argumentativos. O primeiro passo, que ele chama de *passo conceitual*, consiste em aferir precisamente o significado do termo sobre o qual o discurso versa. Então, se o discurso é sobre F, devem ser aferidas as notas características de F, isto é, aquelas propriedades que algo deve ter para ser um F, para que o conceito F possa ser aplicado corretamente a ele. Expresso em termos formais, o resultado do passo conceitual será, segundo Joyce, o estabelecimento de um critério com a seguinte forma: “Para todo x, Fx se e somente se Px e Qx e Rx”, sendo P, Q e R as notas características do conceito F. O segundo passo para sustentar-se uma teoria do erro é chamado por Joyce de *passo substantivo* ou *ontológico* e ele consiste em averiguar se há algo que satisfaça o conceito em questão. Dito em termos formais, há que se chegar a uma conclusão sobre se é verdadeiro que: “Existe um x, tal que Px e Qx e Rx”. Caso se conclua que o enunciado é falso, então se pode sustentar uma teoria do erro em relação ao discurso sobre F. (JOYCE, 2003, p. 5)

Algo sobre o qual Joyce procura ser bastante enfático é sobre sua rejeição de uma maneira muito comum de caracterizar uma teoria do erro, segundo a qual ela consistiria em manter que os enunciados do discurso que se considera defeituoso seriam todos falsos. Ele rejeita essa caracterização, primeiramente, porque, mesmo em um discurso claramente defeituoso, é comum que haja enunciados que são verdadeiros. Ele cita como exemplo o enunciado “Priestley também crê no flogisto”, pertencente ao discurso sobre o flogisto, que poderia ser verdadeiro mesmo não existindo nada que seja flogisto, na medida em que sua verdade não depende da instanciação desse conceito.<sup>4</sup> (JOYCE, 2003, p. 6)

Outra razão para sua rejeição é que, por vezes, um enunciado contendo o termo problemático será melhor explicado, não como um enunciado falso, mas sim como um enunciado carente de valor de verdade, isto é, nem verdadeiro nem falso. Ao afirmar isso, Joyce está levando em consideração as visões de Peter Strawson, para quem um enunciado como “O atual rei da França é calvo”, por exemplo, não seria propriamente falso, mas sim carente de valor de verdade, em função de o termo sujeito não possuir um referente. Um teórico do erro, portanto, não precisaria

---

<sup>4</sup> A formulação padrão da teoria do erro moral, especificamente, não é afetada por esta crítica de Joyce. Na caracterização da teoria do erro moral fornecida na seção 1, que constitui sua formulação padrão, esclareceu-se que a tese do teórico do erro moral incide apenas sobre os enunciados de primeira ordem ou atômicos. Tal ressalva também já estava presente no início da presente seção, quando se apresentou a caracterização de Joyce do que seja sustentar uma teoria do erro de um modo geral, uma vez que o aspecto problemático do discurso que o teórico do erro considera defeituoso foi descrito como a incapacidade de um grupo delimitado de enunciados serem verdadeiros, quais sejam, aqueles enunciados que requerem a instanciação do conceito sobre o qual o discurso versa. Esta “maneira muito comum” de caracterizar uma teoria do erro a que o autor alude não se confunde, portanto, com a formulação padrão da teoria do erro moral. Não obstante, como ambas têm em comum a afirmação da *falsidade* de enunciados de um discurso (sejam todos os enunciados do discurso ou um subgrupo deles), é salutar aferir a maneira como Joyce argumenta contra o que ele chama de “a maneira muito comum de caracterizar uma teoria do erro”, pois parte do que ele sustenta nesse contexto aplica-se também à formulação padrão da teoria do erro moral, em especial, aplica-se a ela a segunda razão que o autor aponta para a rejeição da “caracterização muito comum de uma teoria do erro”, sobre a qual se discorrerá na sequência.

necessariamente sustentar que os enunciados do discurso que considera defeituoso são falsos; ele poderia sustentar, em vez disso, que, em virtude da falha referencial do termo problemático, os enunciados desse discurso (cuja verdade requer que o termo tenha um referente) não são nem verdadeiros nem falsos. Diante disso, então, Joyce considera mais adequado falar simplesmente que os enunciados considerados problemáticos por um teórico do erro são vistos por ele como *não verdadeiros*, deixando aberta a possibilidade de ele os considerar falsos ou, então, nem verdadeiros nem falsos. (JOYCE, 2003, p. 6)

Algo com o qual Joyce está preocupado também é em delimitar com precisão a posição sustentada pelo teórico do erro da posição sustentada pelo não cognitivista, o que ele faz tomando como base o caso particular do discurso moral. Conforme o autor, um teórico do erro em relação ao discurso moral que sustentasse especificamente que os enunciados morais não são nem verdadeiros nem falsos poderia, num primeiro momento, ter sua posição confundida com o não cognitivismo moral, que é frequentemente caracterizado como a posição metaética segundo a qual enunciados morais seriam, também, carentes de valor de verdade. Apesar desse possível elemento em comum entre a posição do teórico do erro e a do não cognitivista, tratar-se-ia, conforme ele, de posições muito distintas. Conforme já mencionado na seção anterior, a teoria do erro resulta da adoção conjunta de duas teses metaéticas mais básicas, sendo uma delas o antirrealismo e a outra, justamente, o cognitivismo moral. Haveria, portanto, uma divergência basilar entre a posição do teórico do erro moral e a do não cognitivista moral e, embora ambos possam sustentar que enunciados morais não são nem verdadeiros nem falsos, a razão pela qual cada um deles mantém essa tese, segundo Joyce, seria distinta. (JOYCE, 2003, p. 8)

O não cognitivista afirma que enunciados morais não seriam tipicamente usados para fazer asserções, ou seja, para expressar uma crença, por parte do sujeito que o profere, em alguma proposição que estaria sendo expressa. Para ele, os enunciados morais seriam usados para expressar estados de natureza não cognitiva do sujeito proferidor, tal como alguma emoção ou atitude de desaprovação em relação a determinado tipo de ato, por exemplo. Como estados de natureza não cognitiva não são portadores de verdade, o proferimento não possuiria pretensão de verdade, isto é, a pretensão de apresentar algo como verdadeiro, como sendo o caso. Em virtude disso, propriamente, é que os enunciados morais não seriam nem verdadeiros nem falsos na visão do não cognitivista, isto é, eles sequer seriam, em sua visão, passíveis de avaliação em termos de verdade e falsidade. O teórico do erro, por outro lado, endossa a tese cognitivista e sustenta, portanto, que os enunciados morais seriam tipicamente usados para fazer asserções. Sendo assim, tais enunciados possuiriam pretensão de verdade, mas eles, como destaca Joyce, simplesmente falhariam em sua pretensão, seja por declararem falsidades, seja por declararem algo carente de valor de verdade. (JOYCE, 2003, pp. 8-9)

Com base em todas essas considerações, então, Joyce formula uma caracterização geral do que seja uma teoria do erro. De acordo com ele, uma teoria do erro seria “a posição que sustenta que um discurso é tipicamente usado de maneira assertórica, mas essas asserções em geral falham em declarar verdades”. (JOYCE, 2003, p. 9) Em outras palavras, como dito anteriormente, uma teoria do erro seria a visão de que os enunciados problemáticos de determinado discurso são *não verdadeiros*, embora, como Joyce esclarece, geralmente constituam asserções

e tenham, por isso, pretensão de verdade. Dada essa caracterização geral do que seja uma teoria do erro de um modo geral, uma teoria do erro em relação ao discurso moral, especificamente, pode ser caracterizada como a visão de que os enunciados morais relevantes seriam tipicamente usados para fazer asserções, isto é, para apresentar proposições morais como verdadeiras, mas eles simplesmente falhariam nessa pretensão, sendo, portanto, *não verdadeiros*. Esta parece ser, com efeito, a formulação alternativa proposta por Joyce que pode ser considerada sua substituta da formulação padrão da teoria do erro moral.

### 3. Considerações acerca da adequação dessa interpretação

Como anteriormente mencionado, Jonas Olson atribui a Joyce uma formulação da teoria do erro moral distinta da maneira como ela foi recém reconstruída. Isso se deve, em grande medida, à forma por vezes um pouco confusa com que Joyce expõe suas visões sobre o tópico, deixando margem para dificuldades interpretativas.

Em particular, ao fazer afirmações sobre a possibilidade de alguns enunciados serem melhor interpretados como nem verdadeiros nem falsos, em vez de propriamente falsos, fazendo referência, na ocasião, às concepções de Strawson, Joyce parece inclinado a manter a posição de que os enunciados problemáticos do discurso moral seriam nem verdadeiros, nem falsos. E esta é, com efeito, a maneira como Olson o interpreta. Segundo este autor, Joyce teria formulado sua versão da teoria do erro moral como a tese de que os enunciados morais não são verdadeiros nem falsos. Olson chega até mesmo a dirigir uma rápida crítica a Joyce, afirmando que este autor não fornece nenhum argumento para que se tenha de aceitar que enunciados morais são nem verdadeiros nem falsos, em vez de propriamente falsos. (OLSON, 2011, p. 81)

Antes de se apontar porque não parece ser adequado atribuir a Joyce uma posição como essa, faz-se necessário fazer um esclarecimento sobre este ponto. Nas considerações de Joyce acerca da teoria do erro moral, há que se distinguir entre duas tarefas distintas feitas pelo autor. Uma das tarefas que ele faz é fornecer uma formulação da teoria do erro moral enquanto uma caracterização geral desse posicionamento metaético, com o objetivo de indicar os elementos mínimos necessários para que uma tese sobre o discurso moral possa ser chamada uma “teoria do erro”. Esta formulação é, precisamente, a que o autor usa em substituição à formulação padrão da teoria do erro moral. Para elaborar tal formulação, ele começa delineando uma caracterização do que seja sustentar uma teoria do erro em geral, qualquer que seja o discurso, e, a partir disso, anuncia sua caracterização geral da teoria do erro moral especificamente. Na seção precedente, percorreu-se sobre essa caracterização geral fornecida por Joyce. Outra tarefa que o autor também faz, embora de modo menos claro, é formular seu próprio posicionamento sobre o discurso moral, ou seja, a caracterização de sua própria versão da teoria do erro moral, a qual não foi ainda abordada neste trabalho.

Não fica completamente claro em qual dessas duas partes das visões de Joyce Olson pensa que ele estaria sustentando que os enunciados morais não são nem verdadeiros nem falsos, se em sua caracterização geral da teoria do erro moral ou em sua própria versão da teoria. A maneira como Olson se expressa parece dar a entender que Joyce estaria sustentando isso em sua própria versão da teoria do erro moral. Entretanto, como o próprio Olson, no momento em que menciona a

posição de Joyce, está discorrendo sobre uma possível alternativa para a formulação padrão da teoria do erro, ele parece estar se referindo à caracterização geral da teoria do erro moral fornecida por Joyce ou, pelo menos, este seria o procedimento mais adequado de sua parte diante de seu contexto de discussão. A rigor, Olson parece ignorar a distinção aqui mencionada entre a caracterização geral que Joyce fornece para a teoria do erro moral, que é a candidata a substituta da formulação padrão dessa teoria, e a versão da teoria do erro moral endossada pelo próprio Joyce.

De qualquer modo, não parece correto interpretar Joyce como sustentando efetivamente que enunciados morais não são verdadeiros nem falsos, tanto se se considera sua caracterização geral da teoria do erro moral, quanto se se considera sua versão particular desse posicionamento.

Sobre a caracterização geral de Joyce da teoria do erro moral, parece bastante plausível afirmar que ele não a identificou com a tese de que os enunciados relevantes do discurso moral não seriam nem verdadeiros nem falsos. Primeiramente, há que se atentar que Joyce introduz o assunto no contexto de sua caracterização do que seja uma teoria do erro de um modo geral, seja qual for o discurso, não se referindo, pelo menos em um momento inicial, especificamente aos enunciados morais. Joyce parece mencionar a possibilidade de alguns enunciados serem melhor interpretados como nem verdadeiros nem falsos mais propriamente para admitir que essa é uma das maneiras pelas quais se pode sustentar uma teoria do erro acerca de um discurso, uma maneira que não se encaixa, que não é captada pela *caracterização muito comum* de uma teoria do erro por ele mencionada e rejeitada, segundo a qual os enunciados problemáticos do discurso sobre os quais se sustenta uma teoria do erro seriam falsos. Isto se aplica, presumivelmente, também ao discurso moral: alguém pode sustentar uma teoria do erro em relação ao discurso moral por considerar os enunciados morais relevantes como nem verdadeiros nem falsos. Diante disso, então, Joyce considera mais adequado falar simplesmente que os enunciados considerados problemáticos por um teórico do erro são vistos por ele como *não verdadeiros*, deixando aberta a possibilidade de ele os considerar falsos ou, então, nem verdadeiros nem falsos. (JOYCE, 2003, p. 6) A caracterização geral da teoria do erro fornecida por Joyce, então, mostra-se capaz de captar esses dois tipos de versões de teoria do erro, em relação a qualquer discurso que seja.

Sobre a versão da teoria do erro sustentada pelo próprio Joyce, por outro lado, não fica completamente claro logo de início, ou seja, no contexto de sua caracterização geral da teoria do erro moral, qual o posicionamento que ele, em particular, sustenta. Por vezes, como dito acima, ele parece inclinado a sustentar uma versão da teoria do erro segundo a qual os enunciados morais seriam nem verdadeiros nem falsos. Contudo, ele não chega a se posicionar nesse sentido de modo inequívoco, provavelmente por pensar que isso não seria necessário para ele sustentar uma teoria do erro moral (dada a caracterização geral da teoria do erro moral que ele fornece). Embora não seja possível afirmar com segurança, ele parece preferir não assumir abertamente tal posição em virtude dos problemas ontológicos suscitados pela fala sobre o referente de predicados, sobre os quais ele discorre brevemente, mas para os quais não consegue oferecer uma solução. (JOYCE, 2003, pp. 6-9)



A versão da teoria do erro moral defendida por Joyce parece ser melhor captada no bojo da argumentação que ele tece a seu favor. Embora não seja possível, por escassez de espaço, apresentar todos os pontos dessa argumentação, cabe mencionar que Joyce endossa, nesse contexto, a hipótese evolutiva sobre a origem da moralidade. Segundo essa hipótese, a tendência dos seres humanos a classificar algumas ações como moralmente requeridas e outras como moralmente proibidas seria um traço evolutivo da espécie humana, ou seja, uma característica que foi selecionada ao longo do processo evolutivo da espécie por ter aumentado sua aptidão reprodutiva, favorecendo, assim, sua sobrevivência. De acordo com Joyce, tal hipótese seria capaz de explicar como pode ter ocorrido o processo pelo qual teria se desenvolvido a moralidade, bem como por que ela surgiu e se manteve até os dias atuais entre os seres humanos, e isso tudo sem requerer que quaisquer enunciados morais sejam verdadeiros, mas tão somente que os seres humanos pensem que eles são verdadeiros (isto é, tenham crenças morais). Joyce reconhece que tal hipótese não exclui, necessariamente, a possibilidade de haver enunciados morais verdadeiros. Contudo, ele pensa que endossar tal explicação seria um expediente capaz de livrá-lo do ônus da prova, colocando-o sobre o seu oponente.

Mas Joyce não parece se utilizar da hipótese evolutiva apenas como uma estratégia argumentativa para colocar o ônus da prova sobre seus oponentes. Ele parece recorrer a ela também para fortalecer de modo positivo sua argumentação a favor da teoria do erro. Para ele, a hipótese evolutiva seria capaz de explicar porque os seres humanos utilizariam o discurso moral a despeito de ele ser defeituoso, o que aumentaria a plausibilidade da teoria do erro. Ademais, ao fornecer tal explicação, ela também permitiria concluir-se que o processo de formação de crenças morais não é um processo confiável. Conforme Joyce, tal processo não seria confiável pelo fato de que a formação de crenças morais se daria independentemente da exposição do sujeito a alguma evidência da verdade das mesmas. Em decorrência dessa falta de confiabilidade de seus processos formadores, a conclusão de Joyce é que as crenças morais seriam injustificadas, isto é, sua verdade seria posta em dúvida, o que justifica, segundo o autor, que os sujeitos se abstenham de asserti-las.

A isto, Joyce acrescenta, ainda, ser possível afirmar que a melhor explicação para as ações humanas seria aquela que é feita sem o recurso a conceitos morais, em detrimento de uma explicação alternativa que recorre a tais conceitos. Comparando-se duas estruturas explanatórias para as ações humanas, uma que utiliza e outra que não utiliza conceitos morais, poder-se-ia perceber, conforme o autor, que a primeira é superior à última visto que “ela explica tudo que a primeira explica, mas é mais simples, mais inteligível, testável, e, mais importante, evita quaisquer itens misteriosos”, como o são as propriedades morais. (JOYCE, 2003, p. 168) Todas essas vantagens da estrutura explanatória não moral permitiriam, ao ver de Joyce, concluir que ela é mais provavelmente verdadeira que a estrutura explanatória moral.<sup>5</sup> A conclusão a que chega o autor a partir disso é que se pode afirmar que as crenças morais, além de serem injustificadas, são também provavelmente falsas, já que, por meio delas, o mundo é explicado de uma maneira

---

<sup>5</sup> Isto parece, inclusive, ir ao encontro da estratégia que o autor utiliza para colocar sobre seus opositores o ônus da prova: sua explicação sobre as ações humanas (praticadas no bojo do que se costuma considerar como a moralidade), a qual não faz uso de conceitos morais, teria uma presunção de verdade, isto é, seria mais provavelmente verdadeira do que a explicação fornecida por seus opositores, a qual faz uso de conceitos morais.

mais provavelmente falsa. Em virtude disso, as crenças morais deveriam ser, ao ver de Joyce, desacreditadas pelos sujeitos.

A partir de tais considerações procedidas por Joyce no bojo de sua defesa da teoria do erro moral, parece possível afirmar que a versão da teoria do erro moral defendida por Joyce não consiste na tese de que os enunciados morais seriam nem verdadeiros nem falsos. O autor parece sustentar a tese de que os enunciados morais são provavelmente falsos, o que implica que eles possuem um valor de verdade, embora não se possa ter certeza sobre qual é, mas tão somente um juízo de probabilidade.

Sendo assim, parece correto concluir que a interpretação de Olson sobre a maneira como Joyce formula a teoria do erro moral não é adequada. Caso ela seja entendida como uma caracterização geral da teoria do erro moral, ela não é adequada porque Joyce parece mencionar a possibilidade de alguns enunciados serem melhor interpretados como nem verdadeiros nem falsos apenas para não reduzir injustificadamente o escopo do que pode ser considerado uma teoria do erro. Caso Olson esteja se referindo à versão da teoria do erro sustentada por Joyce, especificamente, não se pode considerá-la como adequada porque, além de Joyce não afirmar inequivocamente que endossa a tese de que enunciados morais não são nem verdadeiros nem falsos, ele afirma, no contexto de sua argumentação em defesa da teoria do erro moral, que os enunciados moral são provavelmente falsos.

### Considerações finais

Ante a todo o exposto, então, parece correto afirmar que a maneira mais adequada de interpretar as considerações de Joyce culmina na reconstrução de sua formulação da teoria do erro moral procedida na seção 2 como sua substituta da formulação padrão. Embora o autor tenha mencionado a possibilidade de alguns enunciados serem melhor interpretados como nem verdadeiros nem falsos, ele não assume essa posição explicitamente e isto, em conjugação com o restante de suas colocações sobre o assunto, parece indicar que ele não formulou a teoria do erro moral dessa maneira, nem em sua caracterização geral da mesma, nem na versão que defende em particular.

\* \* \*

### Referências

JOYCE, R. **The Myth of Morality**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003, (e-book).

MILLER, A. **An Introduction to Contemporary Metaethics**. Oxford: Blackwell, 2003.

OLSON, J. In Defense of Moral Error Theory. In: BRADY, M. (Ed.), **New Waves in Metaethics**, London: Palgrave Macmillan, 2011, pp. 62-84.